



EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares - Bairro Asa Sul
Brasília-DF, CEP 70308-200
(61) 3255-8900 - <http://www.ebserh.gov.br>

Edital - SEI

Processo nº 23477.014452/2025-34

Interessado: Empresa Brasileira de Services Hospitalares - EBSEH

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0009/2025

O edital, seus anexos e as orientações para o envio das propostas estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) Portal AGHU: <http://aghu.ebserh.gov.br>
- b) Editais de Chamamento Público: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos>

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, sediada em SCS Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Bloco C, 1º Pavimento, Brasília – DF, CEP 70.308-200, CNPJ nº 15.126.347/0001-43, torna pública a realização de Chamamento Público, para celebração de Acordo de Cooperação Técnica, para adesão de instituições públicas da administração direta e indireta, no âmbito municipal, estadual e federal, que atuem no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como de instituições privadas filantrópicas e sem fins lucrativos, que atuem de forma complementar no SUS que possuam interesse em participar da Comunidade de Desenvolvimento Colaborativo e Implantação do Aplicativo de Gestão de Hospitais Universitários (AGHU), aqui denominada “Comunidade do AGHU”.

1. SEÇÃO I – DO OBJETO

1.1. Credenciamento de instituições públicas da administração direta e indireta, no âmbito municipal, estadual e federal, que atuem no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como de instituições privadas filantrópicas e sem fins lucrativos, que atuem de forma complementar no SUS, para participação na Comunidade do AGHU, decorrente do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2023, firmado entre Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ebserh, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretaria Municipais de Saúde (CONASEMS), que tem como objetivo "Apoiar a disseminação do AGHU em hospitais ou serviços especializados do Sistema Único de Saúde”.

2. SEÇÃO II – DEFINIÇÕES E CONCEITOS

2.1. **Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU):** sistema de gestão e prontuário eletrônico hospitalar mantido pela Ebserh e adotado como padrão em todos os Hospitais Universitários Federais de sua Rede.

2.2. **Comunidade AGHU:** grupo de instituições voluntárias que tem como objetivo utilizar e aprimorar o AGHU no Sistema Único de Saúde (SUS).

2.3. **Núcleo do AGHU:** porção de código-fonte comum mantida pela Ebserh e utilizada por todas as instituições participantes da Comunidade AGHU.

2.4. **Sistemas Complementares ao AGHU:** sistemas com funcionalidades complementares às funcionalidades do AGHU, mantida por membros da Comunidade AGHU e que não fazem parte do Núcleo do AGHU.

2.5. **Vitrine Tecnológica do AGHU:** portal web que disponibiliza informações sobre os Sistemas Complementares ao AGHU.

2.6. **Instituições Públicas:** entidades criadas e mantidas pelo Estado para atender às necessidades da sociedade e prestar serviços de interesse público. Elas são financiadas com recursos públicos e podem abranger diversas áreas, como educação, saúde, segurança, entre outras.

2.7. **Instituições Filantrópicas:** organização sem fins lucrativos que se dedica a ações de assistência social, educacional, cultural ou de saúde, visando beneficiar a população, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, sem exigir contrapartidas financeiras.

3. **SEÇÃO III – DA MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. A participação das instituições elegíveis na Comunidade do AGHU poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I - Modalidade Tipo 1: Membro utilizador. Terão acesso aos arquivos de instalação do AGHU, podendo utilizar o sistema em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados.

II - Modalidade Tipo 2: Membro gestor. Além dos arquivos de instalação, terão acesso ao código-fonte do núcleo do AGHU, possibilitando não só a utilização do sistema em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados, como também a criação de melhorias e novas funcionalidades, de forma autônoma, a partir das regras gerais definidas pela Ebserh. Bem como estarão autorizados a prestar serviços de apoio de instalação, implantação e suporte do AGHU a outras instituições públicas membros da Comunidade do AGHU.

3.1.1. Em caráter secundário, mediante análise de oportunidade e conveniência pela Ebserh, poderão ser admitidas na Comunidade do AGHU outras instituições públicas não vinculadas diretamente ao SUS, mas que prestem serviços de saúde aos seus servidores ou à comunidade.

3.2. São considerados Membros natos da Comunidade do AGHU as instituições participantes do Comitê Estratégico do AGHU, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2023:

- a) Ministério da Saúde;
- b) Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS;
- c) Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS;
- d) Ministério da Educação; e
- e) Ebserh.

3.3. Os membros natos da Comunidade do AGHU ficam isentos da necessidade de instrumento formal para utilização do AGHU ou acesso ao código-fonte.

4. SEÇÃO IV – DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Requisitos da Modalidade Tipo 1: Membro utilizador:

- a) Possuir departamento ou setor de Tecnologia da Informação formalizado no organograma da instituição;
- b) Possuir infraestrutura mínima de TI para execução do AGHU, nos termos do Anexo I.

4.2. Requisitos da Modalidade Tipo 2: Membro gestor:

- a) Possuir departamento ou setor de Tecnologia da Informação formalizado no organograma da instituição;
- b) Possuir infraestrutura mínima de TI para execução do AGHU, nos termos do Anexo I;
- c) Possuir equipe mínima de coordenação técnica e desenvolvimento e suporte ao AGHU, nos termos dos Anexos II e III.

4.3. Requisitos específicos para Instituições Filantrópicas:

- a) Atender a todos os requisitos da modalidade pretendida (Somente Tipo 1);
- b) Apresentar documentação comprobatória de sua natureza filantrópica e de sua atuação complementar junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), como o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ou contratos e convênios vigentes com gestores do SUS.

4.4. Requisitos específicos para Outras Instituições Públicas (não vinculadas ao SUS):

- a) Atender a todos os requisitos da modalidade pretendida (Somente Tipo 1);
- b) Apresentar justificativa que demonstre o interesse público e os benefícios da utilização do AGHU para os serviços de saúde prestados pela instituição.

5. SEÇÃO V – DA SOLICITAÇÃO DE INGRESSO NA COMUNIDADE DO AGHU

5.1. As instituições públicas interessadas em ingressar na Comunidade do AGHU deverão acessar o sítio eletrônico <http://aghu.ebserh.gov.br> e, na seção “Solicitar adesão à comunidade”, preencher os dados requisitados, escolher a modalidade de adesão e, quando aplicável, anexar a documentação exigida.

6. SEÇÃO VI – DO RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1. O resultado do Chamamento Público será divulgado de forma contínua no Portal da Comunidade do AGHU (<http://aghu.ebserh.gov.br>).

6.2. As instituições que optarem pela Modalidade Tipo 1 (membro utilizador) poderão baixar o AGHU imediatamente após o cadastro e aprovação do Termo de Responsabilidade de Uso.

6.3. As instituições que optarem pela Modalidade Tipo 2 (membro gestor) poderão baixar os arquivos de instalação do AGHU imediatamente após o cadastro e aprovação do Termo de Responsabilidade de Uso, assim como também terão acesso à minuta de Acordo de Cooperação Técnica, que deverá ser assinada digitalmente pela autoridade cadastrada e devolvida à Ebserh, no próprio sítio da Comunidade. O código-fonte do AGHU será disponibilizado após a assinatura do instrumento.

6.4. As instituições que verem seus pedidos não aprovados deverão observar e resolver as diligências apontadas pela Ebserh, para então submeter novamente suas propostas.

7. SEÇÃO VII – CONDIÇÕES PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

7.1. As instituições interessadas poderão interpor recurso ao resultado do Chamamento Público, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação do resultado no Portal da Comunidade do AGHU (<http://aghu.ebserh.gov.br>).

7.2. O recurso, acompanhado dos anexos pertinentes, deverá incluir a qualificação da instituição interessada e do seu representante, que deverá assinar o recurso, além dos meios de contato (telefone, e-mail etc.).

7.3. O recurso deverá ser encaminhado ao e-mail scl@ebserh.gov.br, identificado com o assunto "Recurso ao resultado do Chamamento Público para adesão à Comunidade do AGHU".

7.4. Havendo interposição de recurso, será dada ciência aos demais participantes do Chamamento Público, por meio de divulgação no sítio eletrônico <http://aghu.ebserh.gov.br>, concedendo-se o prazo de 2 (dois) dias úteis para oferecimento de contrarrazões, a contar do encerramento do prazo para interposição de recursos.

7.5. Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no calendário adotado pela Ebserh.

8. SEÇÃO VIII – DA CONTRAPARTIDA

8.1. Não será exigida contrapartida mínima.

8.2. No caso de apresentação voluntária de contrapartida, esta deve ser apresentada na forma de capacidade declarada de desenvolvimento para contribuições futuras à evolução do AGHU.

8.3. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução da parceria.

8.4. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos membros da comunidade.

9. SEÇÃO IX – DA VIGÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DO AGHU E DA COOPERAÇÃO TÉCNICA

9.1. A vigência da utilização do AGHU pelos membros da comunidade (Modalidades Tipo 1 e Tipo 2) é permanente, exceto quando identificada quebra de uma ou mais cláusulas do Termo de Responsabilidade de Uso ou da legislação vigente.

9.2. A vigência dos Acordos de Cooperação Técnica (Modalidade Tipo 2) será de 05 (cinco) anos, a partir da data de assinatura.

9.3. Havendo interesse entre as partes, o ACT poderá ser prorrogado, mediante termos aditivos, sendo necessária a manifestação expressa por ambas as partes, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias do término da vigência do instrumento original.

10. SEÇÃO X – DAS OBRIGAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

10.1. São obrigações de todas as instituições participantes, independente da modalidade:

- a) Manter atualizadas as informações cadastrais de seus representantes, autoridades e/ou equipes;

- b) Manter as condições de recursos humanos, infraestrutura de TI e/ou outros requisitos que possibilitaram atender as exigências deste edital, durante toda a vigência da utilização do AGHU e/ou do Acordo de Cooperação Técnica;
- c) Atualizar as condições de recursos humanos, Infraestrutura de TI e outros requisitos de acordo com as exigências das versões futuras do AGHU;
- d) Acolher pedidos de visita e apoio de outras instituições que tem interesse em conhecer o AGHU e participar da comunidade;
- e) Divulgar e disseminar o AGHU no SUS;
- f) Disponibilizar os módulos acessórios e módulos complementares ao AGHU, desenvolvidos localmente, na Vitrine Tecnológica do AGHU;
- g) Enviar os dados relativos ao uso do AGHU nos termos estabelecidos pela Ebserh;
- h) Não repassar os arquivos e/ou código fonte do AGHU para instituições não participantes da Comunidade do AGHU, salvo sob expressa autorização da Ebserh;
- i) Garantir que serão adotadas todas as medidas necessárias para a proteção dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis armazenados nas bases locais do AGHU, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh e das demais normas aplicáveis;
- j) Respeitar e garantir, dentro dos limites de sua atuação, a proteção dos direitos de propriedade intelectual do Ministério da Educação e da Ebserh em relação ao AGHU, abstendo-se de qualquer ato que possa constituir violação ou uso não autorizado desses direitos.

10.2. São obrigações específicas das instituições que aderirem na Modalidade tipo 1 (Membro utilizador):

- a) Responsabilizar-se pela instalação, implantação, execução e suporte do AGHU em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados.

10.3. São obrigações específicas das instituições que aderirem na Modalidade tipo 2 (Membro gestor):

- a) Desenvolver melhorias e novas funcionalidades do AGHU de acordo com as regras gerais estabelecidas pela Ebserh;
- b) Responsabilizar-se pela instalação, implantação, execução e suporte do AGHU em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados;
- c) Responsabilizar-se pelos compromissos assumidos juntos a outras instituições para instalação, implantação, execução e suporte do AGHU nos estabelecimentos indicados pela instituição.

11. SEÇÃO XI – DAS OBRIGAÇÕES DA EBSERH

11.1. Se constituem como obrigações da Ebserh:

- a) Publicar normativo com as regras gerais para o desenvolvimento colaborativo do AGHU;

- b) Manter o sítio da Comunidade do AGHU;
- c) Garantir acesso seguro ao sítio da Comunidade do AGHU aos membros da Comunidade;
- d) Publicar sempre a versão mais atualizada do AGHU no sítio da Comunidade;
- e) Manter atualizadas a documentação relativa à instalação e implantação do AGHU;
- f) Elaborar e publicar respostas às dúvidas mais frequentes apresentadas pelos membros da Comunidade;
- g) Realizar eventos periódicos entre os membros da Comunidade.

12. SEÇÃO XII – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, PRIVACIDADE E OUTRAS QUESTÕES LEGAIS

12.1. Os membros da Comunidade do AGHU deverão preservar o nome e a logo do AGHU, podendo ser acrescido nome e logo específico definidos pela instituição.

12.2. O escopo da parceria a ser firmada não inclui qualquer tipo de equipamento ou licença de softwares de terceiros eventualmente necessários à utilização do AGHU.

12.3. Em nenhum caso a Ebserh deverá ser responsabilizada por danos pessoais, institucionais ou qualquer prejuízo incidental, especial, indireto ou consequente, incluindo, sem limitação, prejuízos por corrupção ou perda de dados, exposição indevida de informações, falha de transmissão ou recepção de dados, não continuidade do negócio ou qualquer outro prejuízo, decorrentes ou relacionados ao seu uso ou sua inabilidade em usar o sistema cujo acesso é ora temporariamente permitido ou por qualquer outro motivo.

12.4. As instituições participantes devem realizar todos os procedimentos necessários para garantir o sigilo e privacidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis sob sua custódia, inclusive nos casos em que houver terceirização do suporte ao AGHU, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh e das demais normas aplicáveis.

12.5. O AGHU é um software público cuja propriedade intelectual é do Ministério da Educação e da Ebserh, independente das modificações realizadas no sistema pelos parceiros e membros da Comunidade.

12.5.1. A propriedade intelectual do AGHU abrange o Núcleo do AGHU.

12.5.2. Quaisquer sistemas complementares e/ou derivados desenvolvidos pelos participantes no âmbito da Comunidade do AGHU serão de código aberto, acessíveis ao público de forma livre e gratuita.

12.5.3. Nenhum integrante da Comunidade do AGHU poderá registrar ou reivindicar propriedade exclusiva sobre esses sistemas complementares e/ou derivados.

12.5.4. Todos os integrantes terão direito irrestrito e gratuito de acesso a esses sistemas, e são incentivados a contribuir com melhorias e aprimoramentos, garantindo um ambiente colaborativo e em constante evolução.

12.6. É proibido o repasse dos arquivos do AGHU para entidades públicas ou privadas que não são membros da comunidade da Comunidade do AGHU sem o expresso consentimento da Ebserh.

12.7. É proibida qualquer forma de comercialização ou distribuição para fins comerciais do AGHU.

12.8. O reconhecimento de autoria sobre o AGHU será concedido a todas as pessoas físicas vinculadas às instituições participantes que comprovarem participação no desenvolvimento do

sistema, de acordo com normativo específico a ser publicado pela Ebserh.

12.9. No caso de litígios ou divergências oriundas do presente Edital de Chamamento Público, no tocante à execução, os participantes envidarão os seus esforços no sentido de dirimir inicialmente pela via amigável.

13. SEÇÃO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos participantes.

13.2. Este edital tem vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser revogado por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado, a ser publicado no portal da Comunidade do AGHU e no site da Ebserh.

13.3. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Ebserh.

13.4. Em razão das alterações promovidas pelo presente instrumento convocatório, fica revogado o Edital nº 02/2024, anteriormente publicado, a partir da assinatura deste documento.

13.4.1. Este novo edital contempla o inteiro teor atualizado, com as devidas modificações, e passa a vigorar para todos os fins legais, substituindo integralmente o anterior.

14. ANEXOS

14.1. São partes integrantes deste Edital:

- I - **Anexo I – Infraestrutura mínima para instalação e utilização do AGHU (SEI nº 51539470);**
- II - **Anexo II – Equipe local mínima de Coordenação Técnica do AGHU (SEI nº 51539570);**
- III - **Anexo III – Equipe local mínima de Tecnologia da Informação para instalação e suporte do AGHU (SEI nº 51539651);**
- IV - **Anexo IV – Minuta de Acordo de Cooperação Técnica, com Plano de Trabalho (SEI nº 51539719);**
- V - **Anexo V – Minuta de Termo de Responsabilidade de Uso do AGHU (SEI nº 51540122).**

(assinado eletronicamente)

GILIANE CARDOSO COELHO NETO
Diretor de Tecnologia da Informação da Ebserh

ARTHUR CHIORO
Presidente da Ebserh



Documento assinado eletronicamente por **Giliate Cardoso Coelho Neto, Diretor(a)**, em 14/08/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Chioro, Presidente**, em 14/08/2025, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **52037426** e o código CRC **A0A5E473**.
